

A

Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL
Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO

Ref: TOMADA DE PREÇOS Nº.: 004/16CPLO/SUPEL/RO
AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: 01.2101.04340-00/2015-SEJUS/RO
OBJETO: Construção de 2 (duas) guaritas e implantação de 3 (três) acessos verticais em estrutura metálica na Unidade Semiaberto, no(s) município(s) de Ji Paraná/RO.

CONSTRUTORA BW EIRELI – EPP, Pessoa Jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 10.752.410/0001-42, estabelecida na Rua dos Universitários nº 659-A, Bairro Parque São Pedro, CEP 76.907-894, no município de Ji-Paraná/RO, neste ato representada por seu representante legal ao final assinado, que o presente subscreve, vem tempestivamente à presença de Vossa Senhoria, nos termos do artigo 41, § 2º da Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescida pela Lei 8.883/94, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

Em face às exigências desnecessárias solicitada no item 16.3, alínea “b” qual trata da **Qualificação Técnica** e, pelas razões de fato e de direito que passo a expor:

I – DOS FATOS

A empresa adquiriu tempestivamente o Edital de Licitação, por meio do site oficial da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL**, tendo por finalidade participar do processo licitatório, cujo objeto trata da Construção de 2 (duas) guaritas e implantação de 3 (três) acessos verticais em estrutura metálica na

Superintendência Estadual de Compras e Licitações
RECEBIDO

Certifico que recebi o documento no dia
05/10/16, às 07 Hs: 48 Min.

Adriana
(nome completo, cargo e matrícula)

Unidade Semiaberto, no(s) município(s) de Ji Paraná/RO. No entanto, deparou-se com exigência uma tanto desnecessária para a participação no certame.

Ressaltamos quanto à exigência cumulativa desnecessária concernente a **Indicação de profissional (Engenheiro Eletricista)** pertencente ao quadro da empresa, conforme descre o Item 16.3, alínea “b” do Edital, Vejamos:

16.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Nos termos do art. 30 da Lei nº. 8.666/1993:

b) Os profissionais indicados pela licitante (Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista) deverão comprovar experiência técnica por meio de Certidão de Acervo Técnico devidamente emitido pelo sistema CREA/CONFEA e/ou CAU que este possui experiência profissional anterior a data da licitação de execução de obras com características iguais ou semelhantes ao objeto da licitação. A comprovação de que a equipe técnica apresentada na proposta pertence ao quadro da empresa deverá ser feita através de uma das seguintes formas:

1. *Carteira de Trabalho;*
2. *Certidão do CREA;*
3. *Contrato social;*
4. *Contrato de prestação de serviços;*
5. *Contrato de trabalho registrado na DRT.*

Ocorre que o Estatuto Licitatório (Lei 8.666/93) em seu artigo 30 traz a seguinte redação:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Ocorre ainda que a Resolução nº 218 de 29 de Junho de 1973 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CREA traz as discriminações de atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.



RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 JUN 1973

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Observa-se que a redação, não faz menção ter um engenheiro elétrico no quadro da empresa para participar de processos licitatórios de construção de obras de pequeno porte, e desnecessária e exorbitante a exigência indicação de profissional (engenheiro eletricista).

Tais exigências frustram e restringe o caráter competitivo da licitação, afastando e inibindo a participação de empresa que se encontram em perfeitas condições de executar o objeto da Licitação, bem como não condiz com as exigências preliminares dispostas no artigo 30 da Lei Federal 8.666/93, qual rege as Licitações Públicas.

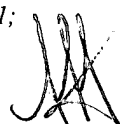
II – DO DIREITO

Todavia tal decisão não se coaduna com os critérios objetivos de julgamento, enraizando como um dos basilares princípios que regem as licitações e não encontra suporte fático ou jurídico para sustentar tal exigência, conforme restará demonstração.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)



Celso A. Bandeira de Mello, afirma que:

“o princípio da igualdade consiste em assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis por razões lógicas e substancialmente (isto é, a face da constituição) afirmadas com eventual disparidade de tratamento”.

Ademais, se a Administração Pública possui discricionariedade para estabelecer exigências em razão da sua necessidade concreta, por outro lado, não pode descumprir normas, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art 41). **Contudo, rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir à interpretação contrária e finalidade da lei, notadamente em se tratando de TOMADA DE PREÇOS.** Devemos alertá-la de que o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal dispõe que as exigências devem se limitar àquelas **“indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”**.

Vejamos lição do mestre *Hely Lopes Meirelles*, a propósito, in **“Licitações e Contrato Administrativo”**.

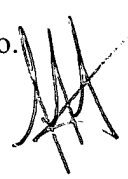
“Impõe ao agente público o dever da sua atuação visando à prática dos atos de boa administração, sempre pautada pela racionalidade, a objetividade, a eficiência e outros fatores imprescindíveis à satisfação de cada necessidade pública ensejadora de uma licitação”

Para ampliar as nossas razões, trago a figura do Edital de Licitação.
Vejamos:

O EDITAL, no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo leis entre as partes é norma fundamental da concorrência, cujo objeto é determinar o objeto da licitação, discrimina os direitos e obrigações dos intervenientes e o Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas. No entanto, consoante ensinam os juristas, o “princípio da vinculação edital” não é absoluto, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar lhe, buscando lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei, cujo excessivo rigor possa afastar da licitação, possíveis proponentes que possam ofertar “Menor preço” oferecendo melhores vantagens aos interessados Públicos (MS 5.418/DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/03/1998., DJ 01/06/1998 P.24)

“É dever de todo agente público pautar a sua conduta pelos ditames da honestidade como elemento indispensáveis dos seus atos, como se depreende do disposto nos artigos 116, X e 182 IV, do Estatuto do Servidor Público e, também, o artigo 37, parágrafo 4º, da Carta Constitucional”

Deveras, curial é que toda licitação deve ser julgada de forma objetiva e justa, apoiando-se, para tanto, em **fatores concretos e admissíveis**, solicitados pela administração e exigidos em edital, aprazados pela lei que as define dentro do permitido.



Sob a égide dos comandos insitos no incisos XXXIV e LV do artigo 5º da Carta Constitucional, reforçados em nível infraconstitucional pela Lei nº 8.666/93, tem-se que mesmo que o ato convocatório silencie a esse respeito, ainda assim **estará assegurado ao licitante o seu lido direito de recorrer, sob pena de a Administração sujeitar-se ao crivo do Poder Judiciário por lesão ou ameaça a direito (CF,5º,XXXV)**

III – DO PEDIDO

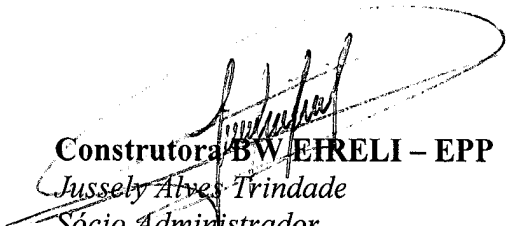
Ante ao exposto, requer-se a procedencia da impugnação interposta pelas razões acima, excluindo parcialmente a exigência desnecessária do Item 16.3, alínea “b” do Edital (engenheiro eletrico), **retificando-o**, permitindo a ampla participação de licitantes no certame, outra solução não há senão o acolhimento das razões elecandas, para que o Edital em espécie seja reformulado.

Caso não entenda pela adequação do Edital, pugna-se emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do presidente da CPL.

Informo, ingualmente, que na hipotese, ainda que remota, de não modificado o dispositivo editalício impugnado, a impugnante reserva o seu direito de buscar as vias judiciais cabíveis para afastar e dirimir ilegalidade no certame, como a consequente responsabilização dos responsáveis por seus prejuizos advindos desta decisão.

Termos em que,
Pede e espera deferimentos.

Ji-Paraná-RO, 28 de Setembro de 2016.


Construtora BW EIRELI – EPP
Jussely Alves Trindade
Sócio Administrador
RG sob nº 360.806 SSP-RO